

Brasil



DOMO DE CALOR

Máximas entre 36 °C e 39 °C no RS

Massa de ar quente virá da Argentina e deverá afetar Oeste do estado



UM MÊS FORA DE CAMPO

Autos de infração têm queda de 69% com greve em órgãos ambientais

LUCAS ALTHOFF

lucas.althoff@globo.com.br

Um mês após o início da paralisação das atividades de campo dos servidores do Ibama, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), houve uma redução de 69% dos autos de infração (multas e embargos) no país, na comparação entre janeiro de 2024 (335 autos) e janeiro de 2023 (1.090 autos), segundo a Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Asmea). Outras atividades suspensas com a paralisação que afeta os três órgãos são a fiscalização em campo contra desmatamento e as operações de combate a garimpeiros em terras indígenas. As negociações com o governo seguem sem acordo e o setor de energia já demonstra preocupação.

Nas semanas passadas, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, pediu, em ofício, que o Ministério do Meio Ambiente intervenha. Com a emissão de novas licenças ambientais para obras de infraestrutura suspensas, o temor é que faltem autorizações para operações de hidrelétricas e linhas de transmissão e, consequentemente, a geração de energia elétrica do país seja afetada.

Sem vitórias em campo, as análises de pedidos de licenças ambientais para grandes obras se tornam inviáveis. Projetos de interesse nacional, encastalhados pelo governo federal, ou que afetem territórios indígenas e parques nacionais dependem de licenciamento do Ibama. Isso engloba obras de portos, aeroportos, estradas, usinas hidrelétricas e de plataformas de petróleo e gás, que impacta, por exemplo, o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

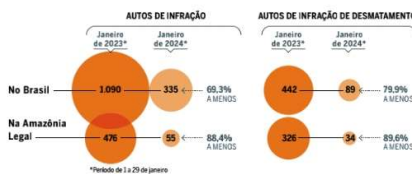
A Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage) destacou, em carta, que os licenciamentos ambientais



Braços cruzados. Fiscal do Ibama em operação contra o desmatamento. Trabalho interrompido por paralisação; emissão de licenças também foi afetada

MENOS MULTAS E EMBARGOS

Com as atividades de campo do Ibama, ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro (SFB) paralisadas, houve redução dos autos de infração (multas e embargos) de janeiro na Amazônia e em todo o país.



Emissão de novas licenças

Período	Emissão
Jan 2023	8
Jan 2024	4

Servidores paralisados

São cerca de 4.900 servidores somando Ibama, ICMBio e SFB. A estimativa é que 90% aderiram ao movimento, o que gera aproximadamente 4.500 servidores focados nas tarefas burocráticas e de escritório.

O que está paralisado

- Fiscalizações em campo
- Operações especiais contra desmatamento
- Operações especiais contra garimpeiros em terras indígenas
- Emissões de novas licenças ambientais de obras e operações, o que pode afetar hidrelétricas, mineração e grandes empreendimentos de infraestrutura, pois dependem de vitórias de campo e audiências públicas
- Autorizações de manejo florestal

Fonte: Ibama e Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Asmea). ELABORAÇÃO DE LUCAS

maticamente diante do baixo número de servidores. Por outro lado, admite que a falta de novas autorizações pode impactar principalmente as linhas de transmissão.

—A preocupação dos setores é compreensível, pois a expectativa é que ocorram atrasos nos cronogramas.

DESMATAMENTO

Em relação às taxas de desmatamento, fiscais e especialistas afirmam que o período ainda é curto para apontar influência da paralisação. De acordo com os dados do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a extensão territorial sob alerta de desmatamento no início deste ano é menor que a do mesmo período do ano passado. Por outro lado, houve mais alertas.

Nos primeiros 25 dias de janeiro (intervalo disponível para consulta), houve 576 avisos de desmatamentos, para uma área de 95,39 km² na Amazônia Legal. No mesmo período do ano passado, foram 363 avisos, mas em uma área maior: 118,95 km². Coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo defende a mobilização por causa do "enorme déficit de servidores" e remuneração defasada. Mas destaca que a falta de acordo deve gerar consequências.

—A suspensão das atividades de fiscalização de campo vai gerar problemas, entre eles o aumento do desmatamento. Isso tende a piorar nos próximos meses, se a paralisação for mantida.

Desde o ano passado, servidores ambientais reivindicam aumento salarial e reestruturação de carreira. Em 3 de janeiro, após três meses sem respostas, os servidores anunciaram que paralisariam suas atividades de campo. As três carreiras —Ibama, ICMBio e SFB—somam cerca de 4,9 mil servidores e a Asmea estima que 90% aderiram à paralisação.

Procurado, o Ministério da Gestão afirmou que no ano passado houve acordo para reajuste linear de 9% para todos os servidores federais e que "segue aberto ao diálogo com os servidores do meio ambiente".

O Ministério do Meio Ambiente respondeu que a "reestruturação das carreiras ambientais é prioridade", e que os dados apontam queda de 29% da área sob alerta de desmatamento na Amazônia em janeiro, e de 13% no Cerrado, na comparação com o ano passado. O Ministério de Minas e Energia não retornou.

ANTÔNIO GOIS



antonio.gois@globo.com.br



Avaliação sem apoio é ineficaz

O governo paulista publicou, há duas semanas, uma resolução instituindo a avaliação de desempenho de diretores. Os indicadores seriam a frequência escolar, participação de alunos em avaliações bimestrais, uso de plataformas digitais e o índice de vulnerabilidade da escola. Notas insatisfatórias poderiam levar a remoção do cargo, transferência ou recapacitação.

É normal que qualquer proposta nessa linha gere resistência. Uma questão fundamental, porém, é perguntar se isso beneficiará os estudantes. Para quem busca julgamentos simples e certos, será frustrante constatar que a resposta mais precisa —como em quase todos os temas de alta complexidade na educação—é... depende.

Antes de tratar da avaliação de diretores, vale desenvolver o argumento a partir de outro exemplo bastante estudado: o número de alunos por sala. Por ser uma decisão de alto impacto financeiro e pedagógico, vários sistemas educacionais ditam regras a respeito. No Brasil, um parecer do Conselho Nacional de Educação estabeleceu como referência para os anos finais do fundamental, por exemplo, um limite de 30 por sala. Num colégio de elite, com regras rígidas de ingresso, um aumento de 30 para 40 provavelmente terá pouco efeito. Já numa escola que atende alunos vulneráveis, que necessitam de maior atenção individual, 30 pode ser já um patamar que inviabilize um trabalho de qualidade.

Voltando à avaliação de diretores, no Bra-

sil, por ser incomum, não há um conjunto amplo de estudos que permitam estimar impactos da medida na aprendizagem. Em outros países, porém, não é raro que gestores e professores sejam submetidos a algum processo de avaliação de desempenho. A literatura acadêmica no tópico, em geral, mostra que sistemas baseados apenas em controle, punição ou incentivos financeiros fracassam ou trazem resultados limitados, principalmente se não forem acompanhados de estratégias robustas de formação e apoio.

Outro desafio nada trivial é estabelecer um sistema que seja considerado justo, outra medida que a literatura aponta como importante. No caso de São Paulo, por exemplo, critério de maior peso na avaliação é a infrequência escolar. Sem dúvida, é algo crucial, só que nem todas as causas dependem diretamente do trabalho do diretor. Por exemplo, o principal motivo

citado pelos estudantes para abandonarem os estudos é a necessidade de trabalhar, fator que extrapola o que pode ser feito dentro da escola.

Mesmo no caso das ações que dependem do que acontece na escola, o governo tem enorme responsabilidade também em criar as condições de trabalho para viabilizar a atuação dos gestores e professores. Outro ponto a ser questionado no caso de São Paulo é a inclusão do uso de plataformas digitais como critério, pois não há evidência de que elas elevariam a aprendizagem.

Num dos capítulos do livro "The Principal" ("O Diretor"), Michael Fullan —um dos especialistas mais citados em estudos de gestão escolar no mundo e um dos idealizadores da bem-sucedida reforma educacional de Ontário (Canadá) alerta para o risco de criar sistemas de avaliação profissional baseados apenas —ou principalmente— em punição e controle: "É preciso desenvolver a capacidade das pessoas de atingir aquele resultado. Pressão extrema sem criar essa capacidade resulta apenas em comportamento disfuncional".